

ASSOCIAÇÕES DE TRABALHO E RENDA: NOVOS ESPAÇOS DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL¹

Rosângela Marione Schulz²

Resumo. Este trabalho tem como tema os novos espaços de participação democrática no Brasil, mais especificamente, trata dos novos atores políticos e de novos espaços de mobilização da sociedade civil a partir da análise de lideranças femininas nas associações de geração de trabalho e renda que vem se formando em bairros e vilas com altos índices de pobreza e violência na cidade de Porto Alegre. Grande parte das mesmas são dedicadas a reciclagem de resíduos sólidos. Além disso, têm como característica marcante o número expressivo de mulheres tanto como associadas, quanto na liderança destas instituições. Busca-se discutir tais ações coletivas em sua relação com os poderes públicos, com movimentos sociais urbanos e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Palavras-chave: associações de trabalho e renda, ação coletiva, democracia deliberativa.

Work and revenue associations: new democratic spaces in Brazil

Abstract: This paper's theme are the new spaces of democratic participation in Brazil, more specifically, the new political characters and the new spaces for the civilian society's mobilization, from an analysis of female leaderships in the work and revenue's association that have been growing in districts and neighborhoods with high levels of poverty and violence in the city of Porto Alegre. A major part of these organizations is dedicated to recycling solid residue, and, have as a defining characteristic a great number of women, either as member or leaders of these institutions. We seek to discuss such collective actions on its relation with the public government, urban social movements and non-governmental organizations (NGO's).

¹ Este artigo é resultante da pesquisa "Lideranças femininas: da exclusão à inclusão", financiada pelo CNPq.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir novos espaços de participação democrática no Brasil, analisando os novos atores e novos espaços de mobilização da sociedade civil, a partir da investigação das lideranças femininas em associações de geração de trabalho e renda que tiveram sua fundação ao longo da década de 1990, na cidade de Porto Alegre. A questão é se estas associações de geração de trabalho e renda se constituem em novos espaços de participação democrática no Brasil.

Para cumprir este objetivo, o texto está dividido em dois momentos: no primeiro momento, as associações de geração de trabalho e renda serão caracterizadas, buscando apontar sua novidade enquanto ações coletivas ou mobilizações da sociedade civil; no segundo momento, a proposta é debater o espaço democrático destas associações, a partir das noções de deliberação e de autonomia.

2 A fundação: alternativa para as mulheres

Em primeiro lugar, é fundamental destacar que a pesquisa é restrita às associações de geração de trabalho e renda, compostas majoritariamente por mulheres. As associações investigadas são: Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, 1985;³ Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, 1987; Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, 1992; Centro de Educação Ambiental - CEA, 1996; Associação dos Trabalhadores Urbanos para Ação Ecológica, 1996; Associação Profetas da Ecologia, 1996; Univens - Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos, 1996; Associação dos Recicladores do Loteamento Cavallhada, 2002.

Dentre as mesmas, apenas duas não são dedicadas à reciclagem de resíduos sólidos: a Univens, associações de costureiras, e a Maria Mulher, que é uma organização feminista que objetiva o combate às discriminações sexista, étnica/racial e social, possibilita a mulheres de baixa renda formação e capacitação educacional (alfabetização, ensino

³ Esta associação de reciclagem de resíduos foi a primeira a ser fundada em Porto Alegre, no ano de 1985, na Ilha Grande dos Marinheiros. Naquele momento, não havia ainda o sistema de coleta seletiva de lixo implantado na cidade, o qual teve início apenas no ano de 1989. A associação era denominada Associação das Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras, composta apenas por mulheres. A mesma passou por um processo de reestruturação nos anos 90, incluindo o trabalho masculino e mudando a razão social. Esta associação ficou conhecida a partir do filme *Ilha das Flores*, que tratava de forma irônica a condição daqueles que viviam do lixo.

de informática) e profissional (oficinas de produção alimentos, confecção roupas e reciclagem de papel).

As associações de geração de trabalho e renda investigadas apontam para o novo formato de associativismo não derivado de mobilização de massa, mas de mobilizações pontuais (GOHN, 2003). Possuem em comum a preocupação com as mulheres, buscando possibilitar a mulheres oriundas de segmentos que estão à margem do trabalho formal, a possibilidade de produção de renda, seja através de cursos, oficinas de capacitação ou através da geração de espaços de trabalho. Pelo fato das associações serem compostas majoritariamente por mulheres (o percentual gira em torno de 80%), a tendência comum é pensar que esta renda é complementar a renda familiar. Em termos gerais este não é o caso, muitas mulheres têm nestas associações a única fonte de renda (de sobrevivência) sua ou de sua família. Tendo em vista o quadro de desigualdade econômica do Brasil, particularmente nos grandes centros urbanos, este dado não se constitui numa novidade.

Assim, o foco central da fundação é a necessidade de gerar soluções imediatas de inclusão para segmentos marginalizados, no caso analisado, a fundação está ligada à necessidade de possibilitar a mulheres que estão excluídas dos direitos mais básicos se tornarem efetivamente cidadãs. Para isso, é necessário gerar renda para estas mulheres, já que uma das exclusões a que estão submetidas é de entrada no mercado de trabalho formal, seja por baixa escolarização ou ausência de capacitação profissional. Estas ações coletivas buscam também instrumentalizar tais mulheres para a atuação na sociedade, através do conhecimento dos direitos, das diferentes discriminações, da violência contra mulher, etc. Todas estão localizadas em bairros ou vilas com índices elevados de pobreza e, muitas vezes, de violência⁴ e as mulheres que participam e lideram as mesmas, são oriundas da própria comunidade. Assim, constituem-se em espaços de reivindicações de direitos de cidadania. Estas ações podem ser, por exemplo, reivindicações para melhoria das condições de vida da comunidade onde estão inseridas (saneamento, educação, saúde, violência); manifestações ligadas à discussão da democracia, como a participação nas edições do Fórum Social Mundial ou manifestações em busca do reconhecimento da profissão (Congressos, seminários, participação em federações, movimentos, bem como apoio a outros movimentos sociais).

⁴ A organização Maria Mulher possui um escritório na área central da cidade de Porto Alegre, mas a sede de atuação é na Vila Cruzeiro.

A ausência do Estado, a incapacidade do mesmo de suprir as diversas e crescentes demandas, a escassez de recursos para investimentos sociais, a lentidão na solução de problemas sempre urgentes, é parte do contexto de formação destas associações. Somam-se a isso as precárias condições de vida, a ausência da possibilidade de uma vida digna destas populações. O quadro gerado pela soma destes dois fatores leva a que segmentos sociais crescentes busquem soluções alternativas as suas demandas no próprio seio da comunidade.

Apesar da centralidade na produção de trabalho e renda, tendemos a enquadrar as associações investigadas como baseadas na territorialidade e não na funcionalidade (AVRITZER, 1997). O que conta é o território, a localização, o fato de serem ações desenvolvidas na comunidade onde os atores sociais habitam e não mais a funcionalidade, o papel que cumprem numa sociedade baseada na lógica do trabalho.⁵ O que gera a ação coletiva, o que faz com que estas mulheres se unam buscando objetivos comuns, não é mais a profissão, inclusive em razão da inexistência da profissionalização entre este segmento social, como destacado anteriormente.

As mulheres, em sua grande maioria, encontravam-se desempregadas antes de constituírem a associação. No caso das associações de reciclagem, muitas delas eram catadoras de lixo informais, trabalho individual, sem condições mínimas de higiene, de saúde, sem comprador fixo do material reciclado.⁶ Embora muitas fossem catadoras, esta forma de geração de renda não era, e ainda não é, considerada uma profissão. Logo, o que gerou a ação coletiva não é a funcionalidade, mas o fato de pertencerem a um mesmo local, a uma dada vila ou bairro. A questão da profissionalização parece estar presente, mas de forma inversa. Ao buscarem a geração de trabalho e renda, acabam por se profissionalizar, se tornam recicladoras, costureiras, doceiras, padeiras, etc e são qualificadas através de cursos patrocinados

⁵ O domínio da funcionalidade está ligado ao modelo populista anterior que apresentava um padrão homogeneizante que privilegiava apenas a funcionalidade, especificamente o movimento operário, e tinha como objetivo a integração deste ator na estrutura do Estado. Este modelo foi introduzido pelo Estado Novo nos anos 30, onde a participação dos trabalhadores, do cidadão-trabalhador, não se dava espontaneamente, mas através de cooptação feita pelos sindicatos atrelados ao Estado e estava ligada a profissão exercida no mundo do trabalho (SANTOS, 1998).

⁶ Duas associações de reciclagem de resíduos sólidos estão localizadas em loteamentos que resultaram do deslocamento de moradores de vilas irregulares ou ex-moradores de rua. Estes já eram catadores informais que receberam casas em bairros mais distantes da área central da cidade, local principal para recolhimento informal, e as associações surgiram como possibilidade de manutenção de renda para a sobrevivência.

ou reivindicados aos poderes públicos por tais associações.⁷ No caso das associações investigadas, a perspectiva dominante é de restringir a participação (o acesso ao trabalho) a pessoas que habitam a comunidade, mesmo que os limites entre as comunidades ou vilas vizinhas sejam muito tênues.

Em segundo lugar, estas ações estão baseadas em solidariedades locais, não é apenas a territorialidade, o local comum em que se encontram que promove a ação, mas a condição comum em que vivem. As ações coletivas se constituem numa tentativa de suprir de forma autônoma suas necessidades, em função da impossibilidade da ausência de investimentos satisfatórios dos poderes públicos, conforme destacado anteriormente. Mesmo que haja uma forte preocupação dos poderes públicos em incluir estes segmentos marginalizados da população em alguns locais, mesmo que a preocupação e os investimentos no social venham se fortalecendo de forma gradual (a questão social está presente em todos discursos políticos recentes no Brasil independente dos partidos e das colorações ideológicas, tema forte enquanto discurso, mas fraco enquanto prática), ainda assim estes são insignificantes frente ao tamanho do problema.

É evidente que anos de baixos investimentos no social, somados ao retrocesso em termos de direitos sociais, herança deixada pelo regime autoritário, não tem rápida solução. Além disso, deixaram marcas importantes nas populações marginalizadas. A principal parece ser a não credibilidade de soluções que venham do campo político tradicional. Assim, estas populações passam a se mobilizar de forma autônoma, a se solidarizar coletivamente em busca da mudança de sua condição de vida. Passam, através de ações coletivas, buscar a “vida digna” que a elas tem sido rejeitada.

Em tais associações não existem apenas formas criativas de geração de trabalho e renda, as solidariedades se estendem a mobilizações para implantação de postos de saúde, escolas, saneamento básico, creches, cursos para os adolescentes buscando afastá-los da marginalidade, etc. Há ainda mutirões para construções ou melhorias nas habitações dos associados; ações que buscam a minimização da violência ou criminalidade; bem como ações solidárias em relação a problemas relacionadas à mulher. Duas lideranças afirmam que a fundação das respectivas associações estava vinculada diretamente a

⁷ A questão dos recicladores de resíduos sólidos é interessante quando tratamos da questão da funcionalidade ou profissionalização. Uma das reivindicações da federação e do movimento nacional de catadores é a profissionalização, a constituição da profissão de catador ou reciclador.

questão da mulher, uma voltada para a questão da violência contra a mulher e outra buscando retirá-las da situação de risco. A forma de efetivar esta solidariedade é, num primeiro momento, possibilitando a estas uma renda.

Uma terceira característica apontada por Avritzer – a tematização – está presente. As associações se constituem como temáticas. Seis associações se percebem como ecológicas, são aquelas que desenvolvem trabalhos de reciclagem de resíduos sólidos. Em quatro associações dedicadas a reciclagem há referência à ecologia ou meio-ambiente em seus nomes. Em todas há preocupação com a educação ambiental, não apenas no que se refere à necessidade de separação do lixo, mas também quanto ao excesso de produção de lixo e os danos que causam para o planeta.⁸ Três associações têm como temática central à questão de gênero – Maria Mulher,⁹ Univens e CEA,¹⁰ são associações que, além da preocupação de produzir renda para as mulheres, desenvolvem programas ou discussões sobre temas relacionados com a mulher (direitos, violência, reprodução, sexualidade, etc.). É importante destacar que a temática de gênero esta presente de forma indireta nas demais associações.

O último ponto anotado por Avritzer, a centralidade da atuação coletiva dos setores da classe média, não está presente quando tratamos destas associações. Como foi dito anteriormente, os membros e as lideranças destas ações coletivas são oriundas das próprias comunidades. São mulheres que vivem em comunidades com carências significativas de infra-estrutura e com índices alarmantes de violência. Estas mulheres têm baixa escolaridade,¹¹ a maioria é casada e tem filhos, estão fora do mercado de trabalho formal (às vezes do informal), muitas eram “catadoras de rua” e tinham em comum o desconhecimento dos direitos a que têm direito. Enfim, não pertencem aos setores de classe média. Apesar da ausência de capital cultural em termos de educação formal, estas mulheres fundam, organizam e lideram associações de geração de trabalho e renda, este é um fator diferencial em relação ao modelo de associativismo apontado pelo autor.

⁸ É possível supor que a opção pela temática ecológica esta ligada a força que passou a ter a discussão sobre ecologia nas últimas décadas do século XX no mundo e, também, no Brasil.

⁹ A associação Maria Mulher não se restringe a temática de gênero, soma a esta a temática étnica.

¹⁰ Embora o CEA se denomine Centro de Educação Ambiental e enquanto produção de trabalho e renda se dedique a reciclagem, suas lideranças afirmam que a associação foi pensada para tratar de questões de gênero, problemas da mulher.

¹¹ Muitas não são alfabetizadas ou o foram na própria associação, no horário de trabalho, através de convênios destas com universidades.

Talvez, como apontou Avritzer, a ação coletiva que possibilita a criação destas associações está relacionada com formas de solidariedade constituídas pela identificação com a comunidade territorial e cultural na qual estão inseridas. É a identificação dos problemas locais comuns e o descrédito destas populações em soluções efetivas dos poderes públicos que levam as mesmas a gerar novos espaços para a solução de suas necessidades. Possivelmente ocorre a construção de uma identidade fundada na constatação de uma condição comum, condição esta que pode ser negativa: a discriminação da mulher, a violência contra mulher (AVRITZER, 1997).

Gohn (1997), ao analisar os movimentos sociais no Brasil, chama atenção para alguns pontos que percebe como centrais na explicação das modificações por que passam os mesmos na década de 1990. Segundo a autora, a crise econômica e as modificações no modelo econômico do Estado geraram a diminuição de empregos na economia formal. Grandes segmentos da população são relegados a trabalhos informais ou ao desemprego. Neste processo, ocorre a transformação dos movimentos sociais de caráter reivindicatório (anos 1980) para movimentos que buscam ações solidárias alternativas. Segundo a autora, as ONGs passam a cumprir uma função significativa como mediadora na relação entre os grupos excluídos e o Estado, este cada vez mais enxuto em termos de presença, mas patrocinador de políticas sociais através de programas sociais de pareceria.

Ao tratar dos movimentos sociais no início do século XXI, a autora destaca as modificações nos movimentos populares. Após apontar várias modalidades, a autora destaca que:

Resta mencionar um novo movimento de bairro, diferente do movimento já tradicional em várias partes d Brasil, das associações de moradores ou sociedades de amigos de bairros. Tratam-se de centros comunitários voltados para a organização de parcelas da população em cooperativas ou outras formas que se dedicam à produção e comercialização de inúmeros produtos de uso doméstico ou de alimentação, galpões de reciclagem de produtos, produção de alimentos sem agrotóxicos, fabriquetas de tijolos, apiários, granjas, produção caseira de queijos, doces, uma infinidade de atividades nucleares em cooperativas ou associações nos próprios bairros populares. Por detrás dessas associações existem ONGs, de caráter mais abrangentes. Elas assessoram os grupos na montagem dos projetos para o pedido de financiamento, relatórios etc (GOHN, 2003, p. 29).

Novamente a autora dá centralidade à relação entre esses novos movimentos e as ONGs.¹² Sem dúvida, tais associações se constituem em novo formato de associativismo, são caracterizadas pela territorialidade, pela solidariedade local, são temáticas e introduzem novos atores sociais no espaço das ações coletivas, atores oriundos de segmentos até então distantes das mobilizações que marcaram a ação coletiva brasileira.¹³

É possível supor, como o faz Avritzer (1997), que o novo associativismo projeta uma mudança no que chama de “auto-concepção” das ações sociais dos atores. Esta mudança capacita-os a atuar em questões ligadas a democracia e que embora tais associações busquem interesses diferenciados elas conseguem agir de forma conjunta em questões relativas ao aprofundamento democrático.¹⁴

Por fim, é importante destacar que em todas as associações investigadas, as decisões que dizem respeito ao funcionamento das mesmas são deliberadas em assembleias, seja a escolha das lideranças que coordenarão as associações, as regras de funcionamento (divisão da renda, divisão de tarefas, inclusão de novos associados, horário de trabalho, punições dos faltosos, desligamento de membros) ou questões de ordem privada que ao afetarem o grupo acabam por se tornar públicas (problemas familiares, doenças, ausência de locais para permanência dos filhos durante o horário de trabalho, violência doméstica). As decisões resultam de debates.¹⁵

A partir da suposição de que os atores e as associações investigadas conseguem atuar em questões ligadas a democracia, como demonstram os espaços deliberativos que marcam as relações de decisão interna e o constante discurso de autonomia, torna-se fundamental discutir tais ações coletivas a partir das noções de deliberação e autonomia.

¹² Esta questão será retomada quando da discussão relativa à noção de autonomia.

¹³ Não é proposta deste trabalho discutir a evolução e limites dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil. Para isso ver: Alvarez, Dagnino e Escobar (2000); Avritzer (1997); Dagnino (2002); Scherer-Warren (1996) e; Gohn (1997a; 1997b; 2003).

¹⁴ Serem incorporados pelo Estado não parece mais ser o objetivo de tais atores. Interessantes contribuições sobre o tema encontram-se em: Santos (1998 e 1994) e Ferreira (1999).

¹⁵ Na quase totalidade das associações investigadas, as assembleias são semanais. No caso das associações de reciclagem de resíduos sólidos, as mesmas acontecem na sexta-feira, no final do expediente, coincidindo com o momento do pagamento.

3 Deliberação e autonomia: retomando a fundação

Para tratar de deliberação e autonomia, torna-se fundamental destacar algumas noções do debate sobre democracia deliberativa. Young (2001) em seu interessante artigo “Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa”, além de destacar a crítica deste modelo democrático ao modelo de democracia baseado no interesse, contribui com críticas ao modelo deliberativo e com novas possibilidades de ampliação da democracia comunicativa.¹⁶ Vamos nos apropriar de alguns pontos desenvolvidos pela autora. Nas palavras da autora, o modelo de democracia deliberativa:

Concebe a democracia como um processo que cria um público, isto é, cidadãos unindo-se para tratar de objetivos, ideais, ações e problemas coletivos. Os processos democráticos são orientados em torno da discussão do bem público, ao invés da competição pelo bem privado de cada um. Em vez de raciocinar do ponto de vista maximizador da utilidade privada, os cidadãos transformam por meio da deliberação pública, suas preferências, de acordo com fins de ordem pública, raciocinando juntos sobre a natureza destes fins e sobre os melhores meios de atingi-los. Num diálogo livre e aberto, os outros testam e desafiam as afirmações e os motivos (YOUNG, 2001, p. 367)

No processo de deliberação, os interlocutores separam os bons dos maus motivos, buscam a aceitação do melhor argumento por todos, para gerar o consenso. É um processo racional, onde se busca o convencimento do outro ou outros pela argumentação.

Segundo Habermas, não é a vontade dos indivíduos isolados, mas o processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva que se constitui na fonte da legitimidade política. A chave para contrabalançar os dois recursos centrais na sociedade moderna - o dinheiro e o poder - está na força sociointegrativa da solidariedade, presente nos impulsos comunicativos do mundo da vida (AVRITZER e COSTA, 2005).

Embora Young concorde com as críticas deliberativas ao modelo da busca de interesse, aponta os limites da deliberação. Destaca que um dos pontos altos do modelo deliberativo é o predomínio da

¹⁶ Na perspectiva da autora, a teoria da ação comunicativa de Habermas se constitui em uma base para a teoria da democracia deliberativa e parte de sua crítica se dirige a este autor.

razão sobre o poder na política, isto é, não são os interesses dos mais poderosos que definem as políticas, mas a argumentação de todos de forma igual na pressão por seus interesses. Mas salienta que “os teóricos deliberativos tendem a supor que isolar o poder político e econômico é o suficiente para que haja igualdade entre os interlocutores” (2001, p. 370).

Esta posição é contestada pela autora ao argumentar que as diferenças culturais acabam por gerar ou manter a diferenciação, isto é, pode-se manter o sentimento de que alguns discursos são mais legítimos que outros (quem tem o direito de falar, como fala, a forma de expressar as demandas etc.). Cita como exemplo as discussões e deliberações em parlamentos ou tribunais, onde a deliberação é uma competição, gerando assim o retorno do poder a arena do debate.

O segundo ponto de crítica é que o modelo deliberativo supõe unidade (inclusive, uma unidade anterior ao debate). Nessa perspectiva, a unidade é descoberta ou construída no momento da transformação dos desejos subjetivos em reivindicações objetivas ou gerais. O problema apontado é que para ocorrer está unidade inicial é necessário eliminar as diferenças. Este processo pode gerar, conforme a autora, outro mecanismo de exclusão.

No modelo proposto por Young, os elementos necessários para uma democracia comunicativa são: interdependência significativa, respeito formalmente igual e procedimentos acordados. Estes pontos não requerem a eliminação da diferença, a construção de uma identificação, mas o respeito às diferenças. É a partir de lógicas, argumentos e posições sociais diferenciadas que ocorre a transformação do subjetivo em objetivo. Todos são ouvidos, respeitando as diferenças culturais, sociais e valorativas, para isso é necessário, além da argumentação crítica, a saudação, a retórica e a narração. Estes três elementos possibilitam a comunicação “por meio de grandes diferenças de cultura e posição social” (YOUNG, 2001, p. 386).

Enfim, no modelo democrático discursivo de Habermas, cabem dois papéis aos atores da sociedade civil: são responsáveis por preservar e ampliar as possibilidades comunicativas do mundo da vida e por produzir “micro-esferas públicas associadas à vida cotidiana” (AVRITZER e COSTA, 2005, p. 709); o segundo papel é canalizar os problemas tematizados na esfera cotidiana para a esfera pública, trazendo contribuições novas para os problemas, novas informações, possibilitando alterações na vontade política e pressões aos poderes públicos. É interessante destacar que, para Habermas, o debate público

gera uma forma de “vontade coletiva”, constituída a partir do consenso.

As associações se assemelham ao modelo desenvolvido por Habermas (1989) de esfera pública. Mais precisamente, se constituem em micro-esferas públicas, se pensarmos que nestas os diversos atores discutem entre si e deliberam sobre as questões que dizem respeito à associação, à comunidade, ao cotidiano. É possível supor que os problemas tematizados nestas micro-esferas sejam canalizados para a esfera pública e se constituam em formas de pressão por demandas variadas aos poderes públicos. Seguindo este raciocínio, são também espaços onde está presente a idéia de agir comunicativo - pois todos os atores falam e têm igualdade de condições discursivas, de fala - se pensarmos no sentido de que possuem uma identidade comum de localização e condição (AVRITZER,1997).

Mas é fundamental destacar que é possível pensar estas ações coletivas como exemplos do modelo habermasiano se tomarmos cada associação de forma isolada, tanto das outras associações, como do restante da sociedade (um tipo ideal). Somente de forma isolada não se apresentam os limites do modelo apontados por Young (2001) segundo a qual não existe a possibilidade de igualdade de condições de fala ou por Fraser (2001) que destaca a necessidade da manutenção da discussão em torno da distribuição de renda.¹⁷

Se as práticas deliberativas denotam um avanço em termos de participação democrática, falta ainda debater a questão da autonomia. Nas falas das lideranças das associações é sempre presente a noção de autonomia e, em termos práticos, tais associações buscam, de forma autônoma, a solução de demandas. Como aponta Avritzer (1997), estes atores que ocupam o espaço público acabam por construir um novo local para a satisfação de suas necessidades e para constituição de suas identidades, distinto da sociedade política, um espaço público não estatal. A constituição de um novo local não pressupõe a ausência de relações com o campo político ou com organizações da sociedade civil.

Pode-se retomar Young ao destacar como problema da democracia deliberativa a idéia de que se for afastado o político e o econômico, os demais atores estão em igualdade. A questão da autonomia de tais movimentos passa pela relação que mantém, enquanto parte da sociedade civil, com o campo político e com o campo econômico.

¹⁷ Estas questões estão mais desenvolvidas em Schulz (2004 e 2005).

Para a discussão da autonomia nas associações de geração de trabalho e renda cabe destacar a diferenciação no entendimento de autonomia entre os movimentos sociais dos anos 80 e os movimentos deste início de milênio no Brasil apresentada por Gohn (2003). Assim, afirma que:

Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. (GOHN, 2003, p. 17)

No que se refere às relações estabelecidas entre as associações de geração de trabalho e renda com os poderes públicos e a outras organizações da sociedade civil, embora as falas apontem para a autonomia, as associações não se encontram isoladas. No que diz respeito à sociedade política, há uma relação de proximidade das associações, principalmente aquelas dedicadas a reciclagem de lixo, com o Poder Executivo Municipal, a Prefeitura de Porto Alegre. A maior parte do material reciclado é oriundo da coleta seletiva efetuada pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).¹⁸ A Prefeitura faz a coleta nos diferentes bairros e distribui o material entre as diversas associações. Além disso, a Prefeitura esteve diretamente envolvida no desenvolvimento de algumas associações; a Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada é um exemplo.¹⁹ Nas entrevistas, as lideranças destacam a autonomia das associações em

¹⁸ O processo de coleta seletiva teve início, em Porto Alegre, em 1989, na primeira administração municipal do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁹ O Loteamento Cavalhada é resultado de um projeto de retirada da população de uma vila de local de risco (Vila Cai-cai) para reassentamento no loteamento. Grande parte dos moradores eram catadores, o deslocamento levou a um maior distanciamento da área central da cidade. Local privilegiado para a coleta. Segundo lideranças, a comunidade reivindicou junto a Prefeitura a construção de um galpão de reciclagem.

relação ao poder municipal, bem como em relação aos partidos políticos.

O Orçamento Participativo (OP) tem destaque enquanto espaço de reivindicações das associações. É a partir deste que galpões de reciclagem foram construídos²⁰ ou remodelados (aquisição de prensas, principalmente²¹). A Univens, cooperativa de costureiras, por exemplo, demandou junto ao Orçamento Participativo, verbas para a construção de sua sede própria, sede inaugurada durante a edição do Fórum Social Mundial de 2005. Mas é importante destacar que apesar do Orçamento Participativo ser implementado pelo Partido dos Trabalhadores, os participantes de tal esfera de democracia participativa não se percebem como atrelados ao partido.

Se as lideranças das associações afirmam a autonomia de suas ações coletivas frente ao poder público e aos partidos políticos, é importante destacar o temor, presente em todas as falas, de modificações que poderiam advir da nova administração municipal, quando o Partido dos Trabalhadores é derrotado no pleito para o Poder Executivo de Porto Alegre.²²

A igreja teve forte presença na formação de associações de reciclagem. As associações Profetas da Ecologia, Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta e a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre tiveram influência da Igreja Católica (Caritas) na cedência dos terrenos e construção dos galpões (nas três associações os terrenos continuam sendo propriedade da igreja ou de membros desta), mas os líderes argumentam que a igreja não possui nenhuma ingerência sobre as decisões internas, estas são, segundo suas falas, tomadas de forma democrática, através do debate entre os associados.

Quanto à influência de Organizações Não-Governamentais (ONGs) no desenvolvimento das associações de geração de trabalho e renda, as entrevistas apontaram para um papel pouco expressivo, diferente do que esperávamos. Somente a liderança fundadora do CEA

²⁰ As Associações de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica e a Associação de Recicladores do Loteamento Cavalhada conquistaram no Orçamento Participativo a construção de seus galpões de reciclagem.

²¹ Todas associações investigadas conseguiram verbas para modernização dos galpões de reciclagem através de demandas ao OP.

²² Em todas as associações de reciclagem de resíduos investigadas está presente o temor da modificação no formato e distribuição do material da coletiva seletiva. De fato, as associações argumentam que houve uma diminuição da e, em consequência, do material disponível para reciclagem e venda o que gerou a diminuição do número de trabalhadores nas associações ou do valor financeiro a ser rateado entre os associados.

afirma ter tido uma relação direta com ONGs, ela afirma que o fato de participar do curso denominado Promotoras Legais Populares junto a TEMES²³, trouxe modificações profundas em relação a questões públicas e privadas.

Este papel inexpressivo das ONGs destacado pelas lideranças parece problemático se pensarmos no fato de todas as associações investigadas terem participado de edições do Fórum Social Mundial²⁴. É interessante que as associações destacam a sua relação com outras, não se restringindo aquelas existentes no Rio Grande do Sul, mas em outros estados brasileiros e mesmo internacionais. As lideranças salientam a existência de trocas de informação, oficinas conjuntas de geração de renda (reciclagem, costura), a manutenção de relações com outras associações e movimentos, formando redes de ações coletivas que caracterizam estas ações no século XXI. Por outro lado, nos locais de desenvolvimento de tais associações as condições de “ligação” com o restante do mundo são precárias. Com isso, queremos dizer que na maior parte das associações inexistente telefone fixo e, muito menos, computadores para uma interação via internet (algo tão presente quando falamos de Fórum Social Mundial). É possível ainda constatar que aquelas associações que possuem parcerias com ONGs, acabam por ampliar a capacidade de reivindicação e aquisição de recursos e se constituem mais fortemente.

Por fim, é fundamental tratar da relação destas com outras organizações da sociedade civil, as associações mantêm uma relação importante com alguns movimentos urbanos, como o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), os Comitês de Resistência Popular (CRP) e com o Movimento Negro, embora argumentem manter uma postura crítica em relação a tais movimentos. O mesmo acontece com as associações de reciclagem e suas representações: Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS) e o Movimento Nacional de Catadores (MNC). Segundo as falas, há uma relação de conflito entre a Federação e o

²³ A TEMES é uma ONG composta de advogadas que capacitam mulheres em questões de direitos.

²⁴ Na última edição do Fórum em Porto Alegre, todas as associações estiveram presentes debatendo questões ligadas à produção de geração de trabalho e renda, debates sobre gênero e atividades práticas. As associações de reciclagem de resíduos sólidos estiveram presentes fazendo a coleta do lixo seco durante todo evento. A Univens estava presente com uma banca de venda de camisetas, bolsas etc. e foi uma das associações selecionadas para fazer este tipo de material para o Fórum.

Movimento. Muitas associações acabaram por se afastar dos dois.²⁵ Mas, em comum nas falas de diferentes lideranças é a tentativa de seu afastamento de mobilizações que acabam por gerar uma imagem negativa para seus membros (aquelas que praticam invasões de prédios, conflitos com a polícia, quebra-quebra).

4 Considerações Finais

Se é possível supor que os espaços de participação democrática se ampliam com a constituição destas associações, gerando o apoderamento dos atores envolvidos, no caso em investigação oriundos de Segmentos marginalizados. Se a democracia deliberativa está presente de forma significativa em tais ações coletivas,²⁶ a questão da autonomia parece se apresentar como um falso problema.

As associações de geração de trabalho e renda investigadas são desenvolvidas em comunidades com graves problemas socioeconômicos. Para fundação de tais associações, os atores tiveram de buscar parcerias que assessoraram ou financiaram tais projetos. Os principais parceiros ou financiadores têm sido os poderes públicos (principalmente as prefeituras municipais) ou organizações da sociedade civil, como igrejas e ONGs.

Não ocorre mais uma relação de conflito entre estas mobilizações e o Estado, mas as relações se mantêm. Creio que a autonomia em relação aos poderes públicos e organizações da sociedade civil de fato vem se constituindo em um processo crescente nestas associações. Pode-se dizer que as mesmas se autonomizam em primeiro lugar da igreja, passando a órbita da prefeitura, autonomizando-se desta através seja ao privilegiar o Orçamento Participativo como local de reivindicação, seja relacionando-se com ONGs. Sem dúvida, a decisão de buscar novos espaços de solução de demandas, a participação em debates em eventos como o Fórum, por exemplo, somados a prática de decisões a partir de deliberações acabam por aprofundar esta autonomia.

²⁵ A relação conflituosa não será objeto de análise neste momento, será objeto de um artigo específico.

²⁶ Sem dúvida questões hierárquicas na distribuição de poderes podem ser encontradas em tais associações, mas creio que não invalidam a afirmação de que estes locais são espaços de prática de democracia deliberativa.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, n° 39, 1997, p. 149-174.
- _____; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**: revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, vol. 47, n° 4, 2005, p. 703-728.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FERREIRA, Marcos C.. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. Revisitando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n° 41, 1999.
- GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- _____. Teorias dos movimentos sociais: **paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- SANTOS, Wanderley G. **Décadas de espanto e uma apologia da democracia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SCHERER-WARREN. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SCHULZ, Rosângela. **Da exclusão a inclusão**: os novos espaços de participação democrática no Brasil. Apresentado no II Congresso Latino-americano de Ciência Política, México, 2004.
- _____. **Mulheres nas associações de trabalho e renda**: luta por renda e reconhecimento? Mimeó, 2005.
- YOUNG, Íris M. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Rosângela Marione Schulz
E-mail: rosams@portoweb.com.br

Artigo recebido em fevereiro/2007.
Aprovado em agosto/2007.